

China na década de 2020

– Após a pandemia

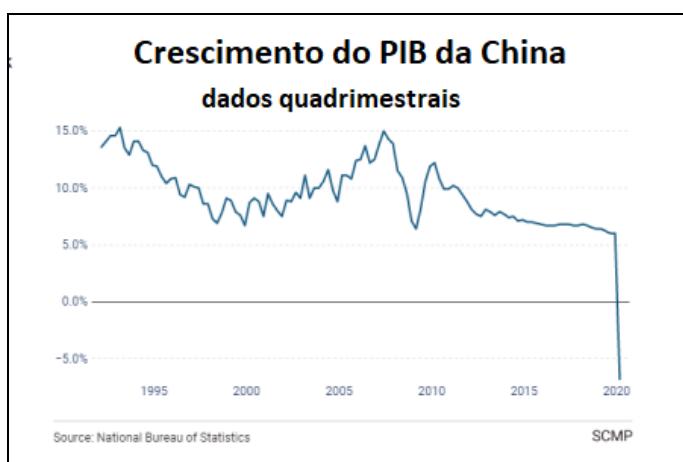
Michael Roberts

Blog *The next recession*, 22/05/2020

O Congresso Nacional dos Povos da China (NPC) foi aberto no dia de hoje (22/05/2020), após ter sido adiado pela pandemia do novo coronavírus. O NPC é a versão chinesa do parlamento ocidental. Nele, os líderes do partido comunista relatam o estado da economia e delineiam os planos para o futuro, tanto nacional quanto globalmente.

O primeiro-ministro Li Keqiang anunciou, pela primeira vez em décadas, que não há meta de crescimento para este ano. Portanto, os líderes chineses abandonaram o objetivo, anteriormente anunciado enfaticamente, de conseguir dobrar o PIB do país até 2020. Eis que isso estava já se mostrando como inevitável.

A pandemia e o bloqueio levaram a economia chinesa a uma severa contração por vários meses, da qual está agora apenas se recuperando. A economia contraiu 6,8% no primeiro trimestre e a maioria das previsões para o ano inteiro representa menos da metade da taxa de crescimento de 6,1%, registrada no ano passado. Mas mesmo esse número será muito melhor do que aqueles a serem obtidos por todas as economias do G7, em 2020. De qualquer modo, a produção e o investimento industrial estão aumentando agora, mas os gastos dos consumidores continuam deprimidos.



Li disse, nessa reunião, que a principal razão pela qual não há mais uma meta de crescimento para este ano advém da incerteza sobre "a pandemia de Covid-19 e do ambiente econômico e comercial mundial". Em outras palavras, mesmo que a economia doméstica esteja se recuperando, o resto do mundo ainda continua deprimido. Com a contratação do comércio mundial, há poucas

perspectivas de exportação de manufaturados da qual a China depende principalmente para sua expansão.

A China está à frente de outras grandes economias no processo de saída dos efeitos da pandemia. Mas, mesmo assim, Li teve que admitir que muitos erros foram cometidos ao lidar com essa doença. E que "*ainda há espaço para melhorias no trabalho do governo*", incluindo atrasos no alerta ao público, os quais permitiram a propagação do vírus. "*Formalidades inúteis e burocratismo continuam sendo um problema agudo. Um pequeno número de funcionários se esquivou de seus deveres ou foi incapaz de cumpri-los. A corrupção ainda é um problema comum em alguns setores*" – admitiu Li. No entanto, em comparação com o desempenho dos governos no Ocidente, afirmou que a China havia se saído muito melhor em manter casos e mortes em níveis baixos.

No curto prazo, Li disse que o governo pretende impulsionar a economia com algum estímulo fiscal e flexibilização monetária, tal como tem sido feito pelas economias do G7. A China está visando um déficit orçamentário para 2020 de pelo menos 3,6% do PIB, acima dos 2,8% do ano passado. Afirmando que houve um aumento de dois terços no financiamento para empréstimos do governo local. E, pela primeira vez, o governo central emitirá títulos a serem usados para ajudar os gastos do governo local e as empresas em dificuldade. O desemprego está registrado oficialmente na marca de 5,5%, mas provavelmente situa-se em torno de 15 a 20%. Por isso, o governo pretende criar mais empregos visando reduzir a pobreza nas áreas rurais. Eis que pretende conter a inundação de migrantes rurais nas cidades.

Esse quadro põe a necessidade de que se discuta o futuro a longo prazo da economia chinesa no mundo pós-pandemia e no contexto da intensificação da guerra comercial e tecnológica com os EUA e outras potências imperialistas.

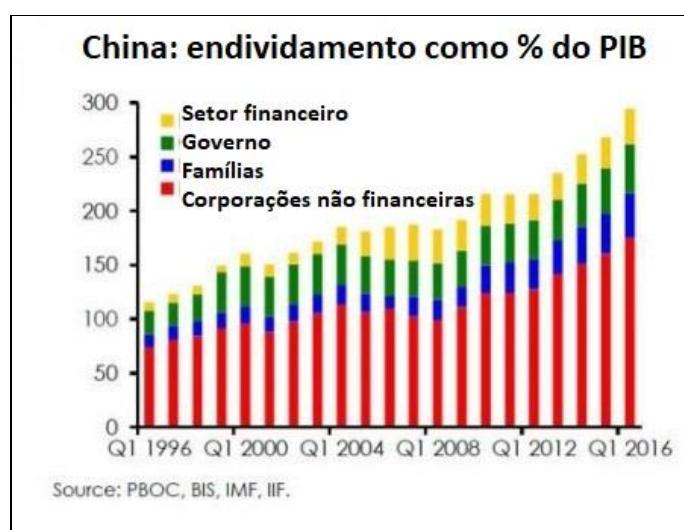
Em minha opinião, existem três maneiras de olhar para o desenvolvimento econômico da China (escrevi sobre isso, em detalhes, num artigo recente que foi publicado pela revista *Austrian Journal of Development Studies*). A visão econômica dominante é que a China deve se tornar uma economia de "mercado" completa, tal como aquelas do G7. A dependência de mão-de-obra barata para vender produtos manufaturados ao Ocidente acabou. Os custos crescentes da mão-de-obra mostraram que o modelo econômico liderado pelo Estado, o qual foi empregado pela China até agora, não pode mais ser bem-sucedido. O desenvolvimento com base na tecnologia moderna ou no fornecimento de bens de consumo para as pessoas exige supostamente "mais mercado e menos Estado". Esse foi o conselho de política econômica dado no passado pelo Banco Mundial e outras agências internacionais. E ele ganhou alguma força entre uma parte da elite chinesa, especialmente daquela parte formada pelos bilionários privados da China. Porém, até agora, essa opção tem sido rejeitada pela maioria na liderança atual.

A segunda visão é a que se poderia chamar de keynesiana. Reconhece o sucesso da economia chinesa nos últimos 30 anos em tirar quase 900 milhões de pessoas da pobreza, tomando por base o nível oficial estabelecido pelo Banco Mundial. De fato, essa instituição bancária acaba de ajustar seus números para mostrar o declínio da população abaixo do nível de pobreza que ela própria estabelece. Esse declínio parece impressionante. Não tanto quando se percebe que 75% dos que foram retirados da pobreza, globalmente, nas últimas três décadas, são chineses.

A visão keynesiana argumenta que o sucesso da China se baseou em investimentos maciços na indústria e na infraestrutura, o que permitiu ao país tornar-se uma potência mundial da fabricação de mercadorias. Mas agora essa ênfase no investimento industrial tem de ser mudada porque o consumo das famílias é fraco e, na economia moderna – segunda ela –, é o consumo que importa. A menos que haja um crescimento do consumo, a economia chinesa desacelerará e o enorme nível de dívida corporativa e familiar aumentará o risco de crises financeiras.

Na verdade, o consumo pessoal na China tem aumentado muito mais rapidamente do que o investimento fixo nos últimos anos, mesmo se ele partiu de um nível bem baixo. O consumo aumentou 9% no ano passado, ou seja, de modo mais rápido do que o PIB. E esse crescimento do consumo poderia ser ainda mais rápido se o governo adotasse medidas para reduzir o alto nível de desigualdade de renda.

A ideia de que a China está caminhando para uma crise por causa do baixo consumo e do excesso de investimento não é convincente. É verdade que, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais (IFI), a dívida total da China atingiu 317% do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2020. Mas a maior parte da dívida interna é devida por uma entidade estatal a outra; do governo local aos bancos estaduais, dos bancos estatais ao governo central. Quando tudo isso é compensado, a dívida das famílias (54% do PIB) e das empresas privadas deixa de ser afigurar como alta; ademais, a dívida do governo central é baixa para os padrões globais. Além disso, a dívida externa em dólar em relação ao PIB é muito baixa (15%); de fato, é o resto do mundo que deve muito mais à China (cerca de 6% da dívida global). A China é um grande credor do resto do mundo; possui, também, enormes reservas em dólar e euro, as quais chegam a ser 50% maiores do que sua dívida em dólar.



É verdade que parte da expansão do investimento fixo pode ter sido desperdiçada. De fato, o modelo de desenvolvimento keynesiano da China, baseado apenas no aumento do investimento e na demanda de consumo privado, está falhando cada vez mais. Como disse o presidente Xi Jinping, "as casas são construídas para serem habitadas, não para especulação". Mas foi o próprio

governo que permitiu as especulações com as propriedades, de modo que 15% de todos os apartamentos atualmente foram comprados para investimento. Ademais, muitas vezes, eles não estão nem mesmo conectados ao fornecimento de eletricidade. Essa especulação imobiliária foi alimentada por crédito financiado pelos bancos estaduais, mas também por entidades que são classificadas como “bancos paralelos”. Esse tipo de especulação desperdiçou recursos e não direcionou investimentos para áreas como a redução de emissões de CO₂, a fim de cumprir o objetivo declarado do governo de fazer da China uma “economia limpa”. Com o pico da população da China nesta década e a população em idade ativa diminuindo 20% até 2050, o objetivo do investimento deve ser a criação de empregos, automação e crescimento da produtividade.

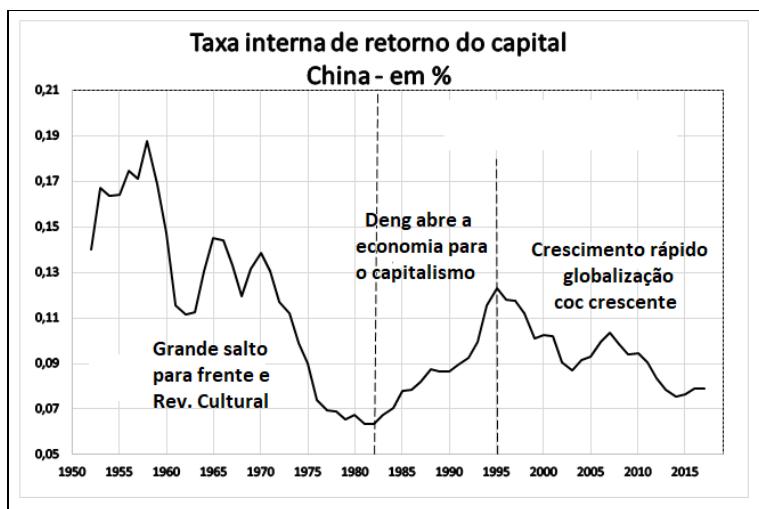
Isso me leva ao terceiro modelo de desenvolvimento, o marxista. A chave da prosperidade não são as forças do mercado (tal como reza o ‘mainstream’ neoclássico) ou a demanda de investimento e de consumo (tal como clama o keynesianismo), mas o aumento da produtividade do trabalho de maneira planejada e harmoniosa (é isto o que diz a perspectiva marxista).

Em uma economia capitalista, as empresas competem entre si para aumentar a lucratividade por meio da introdução de novas tecnologias. Mas há uma contradição inerente à produção capitalista entre uma rentabilidade decrescente do capital e uma produtividade crescente do trabalho. À medida que os capitalistas tentam aumentar a produtividade do trabalho, descartando trabalho com adoção de novas tecnologias e, assim, diminuindo os custos e aumentando os lucros e a participação de mercado, a lucratividade geral do investimento e da produção começa a cair. Então, por meio de uma série de crises, o investimento passa a cair de tal modo que o aumento da produtividade tende a estagnação.

Ora, esse é claramente um problema que a China tem de enfrentar agora que a sua economia atinge um estágio mais maduro de acumulação, no século XXI. Mas apenas se afigura como tal se se aceita que a China é apenas mais uma economia capitalista, tal como as potências imperialistas ou como as economias emergentes, por exemplo, o Brasil ou a Índia. O argumento aqui assume que o caso da China pode ser diferente daquele do “capitalismo liberal” que impera no Ocidente. Trata-se, ao invés disso, de um “capitalismo político” autocrático, de acordo com a descrição da China feita por Branco Milanovic em seu livro *Capitalism Alone* – de qualquer modo, trata-se ainda de capitalismo.

Se se aceita essa visão, é possível avaliar o futuro da economia chinesa, assim como a sua vitalidade, medindo a lucratividade de seu crescente setor capitalista. Em um novo artigo (*A Classical-Marxian Growth Model of Catching Up and the Cases of China, Japan, and India: 1980–2014*), os economistas marxistas brasileiros, Adalmir Marquetti, Luiz Eduardo Ourique e Henrique Morrone compararam o desenvolvimento da China ao da Índia no processo de alcance, isto é, no esforço nacional de aproximação do nível das economias do G7. Eles mostraram que a alta taxa de acumulação de capital na China levou a uma queda na lucratividade e que esta última se encontra agora em nível ainda mais baixo do que aquele atingido nos EUA, o que, seguramente, põe a continuidade da expansão em risco. Eles também argumentam que existe agora uma crise de superacumulação na China e que investimentos pesados adicionais não alcançariam mais os seus objetivos, especialmente devido ao aumento das emissões de gases estufa que seriam criados.

Tal como eles, investiguei também a lucratividade do setor capitalista na China (por meio da Penn World Tables 9.1 que apresenta a taxa interna de retorno real em relação ao capital acumulado) e, assim, encontrei uma queda semelhante. A enorme expansão do investimento e da adoção de tecnologia, especialmente depois que os mercados globais foram abertos à indústria chinesa, após 2000, quando ingressou na Organização Mundial do Comércio, produziu taxas de crescimento de dois dígitos, mas isto durou até a Grande Recessão de 2008. Ora, o aumento da composição orgânica do capital rebaixou a rentabilidade da economia chinesa mesmo antes da crise global da pandemia, de tal modo que o ritmo do crescimento diminuiu sensivelmente.



Significa isto que a China está caminhando para uma grande crise aos moldes daquelas que ocorrem no capitalismo em algum momento desta década? Os economistas brasileiros citados parecem sugerir que sim: “A maior taxa de lucro explica uma robusta mecanização nos estágios iniciais do processo. A rápida acumulação de capital diminui a produtividade e a taxa de lucro. Então, o sucesso na recuperação deve depender do aumento das taxas de poupança e investimento. Isso pode reduzir ainda mais a produtividade do capital e a taxa de lucro, colocando o processo em risco, o que parece ser o caso na China e na Índia.” Eles também citam Minqi Li, um autor que afirmou o seguinte: “se a China seguir essencialmente as mesmas leis econômicas de outros países capitalistas (como Estados Unidos e Japão), um declínio na taxa de lucro seria seguido por uma desaceleração da acumulação de capital, culminando numa grande crise econômica.”

Mas a questão é saber se o setor capitalista da economia chinesa é de fato dominante. Essa economia segue a mesma lei de valor que as outras economias capitalistas? A China parece ser mais do que apenas uma versão autocrática, não democrática e “política” de capitalismo, em comparação com a versão “liberal democrática” do Ocidente (tal como argumentou Milanovic). Essa economia não é dominada pelo mercado, isto é, por decisões de investimento baseadas na rentabilidade. Ela não depende das opções de investimento feitas gerentes e diretores capitalistas ou por investidores estrangeiros num contexto de incerteza. A economia chinesa está ainda dominada pelo controle estatal, pelo investimento estatal, pelos bancos estatais e pelos aparatos comunistas que

controlam as grandes empresas e planejam a economia (geralmente de modo ineficiente, pois não há prestação de contas aos trabalhadores da China).

Lembro aos leitores um estudo que fiz há alguns anos atrás sobre a extensão dos ativos e investimentos estatais na China em comparação com qualquer outro país. Ele mostrou que a China possui um estoque de ativos do setor público no valor de 150% do PIB anual; somente o Japão tem algo nesse nível (130%). Todas as outras grandes economias capitalistas têm menos de 50% do PIB em bens públicos. Todos os anos, o investimento público da China no PIB é de cerca de 16%, em comparação com 3-4% nos EUA e no Reino Unido. E aqui está a figura que mata o problema. Há quase três vezes mais estoques de ativos produtivos públicos do que ativos do setor capitalista privado na China. Nos EUA e no Reino Unido, os ativos públicos representam menos do que 50% dos ativos privados. Mesmo na "economia mista" da Índia ou do Japão, a proporção de ativos públicos e privados não passa de 75%. Isso mostra que na China a propriedade pública nos meios de produção é dominante - e nisso ela difere de qualquer outra grande economia.

O FMI publicou agora novos dados que confirmam essa análise. A China possui estoque de capital público próximo de 160% do PIB, muito mais do que em qualquer outro país do mundo. Mas se observe que esse estoque do setor público vem caindo mais rapidamente do que aqueles das economias ocidentais neoliberais. O modo de produção capitalista pode não ser dominante na China, mas está crescendo rapidamente.

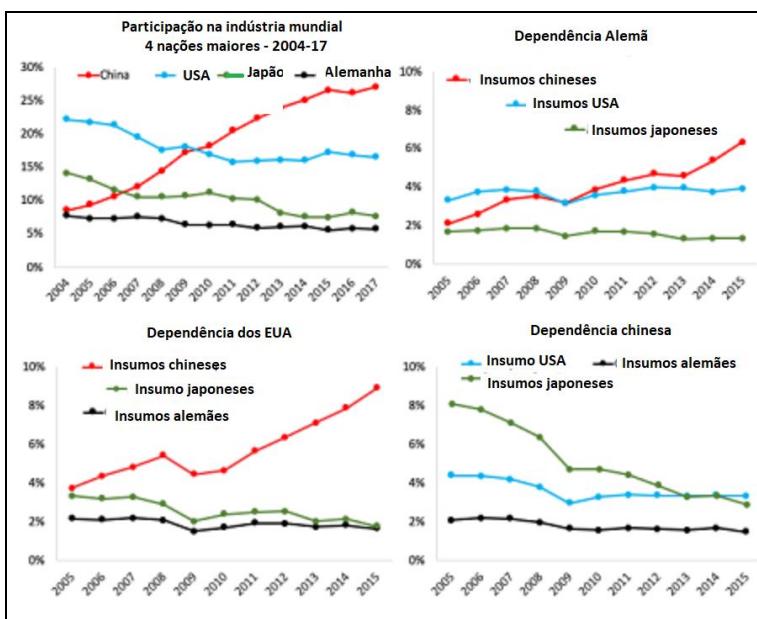
Para que lado do balanço “mercado versus Estado” vai a China? Na década pós-pandêmica, ela seguirá no rumo de se tornar uma economia capitalista completa, tal como ocorre no resto do mundo? Essa é a previsão da economia “mainstream” e neoliberal. Até agora, à luz do fracasso desastroso das economias de mercado “democráticas liberais” em lidar com a pandemia, com taxas de mortalidade 100 vezes maiores do que as da China, ademais da queda profunda em que estão caindo, num nível ainda maior do que aquela observada na década de 1930, esse modelo de mercado não parece atraente à ditadura comunista ou ao povo chinês. Em vez disso, Xi e Li parecem querer continuar a expandir o modelo de desenvolvimento existente: uma economia controlada e dirigida pelo Estado que restringe o setor capitalista e resiste à intervenção imperialista.

De fato, a China procura expandir os seus avanços tecnológicos, assim como a sua influência globalmente, por meio da iniciativa de investimento Belt and Road, mas também por meio de enormes programas de empréstimos para países africanos e outros. E será capaz de fazê-lo – creio – porque o seu modelo econômico não se apoia na queda da lucratividade de seu setor capitalista, ainda que ele seja reconhecidamente considerável. Um relatório do IIF constatou que a China é agora o maior credor do mundo dos países de baixa renda.

É por isso que a estratégia pós-pandêmica do imperialismo em relação à China está dando uma forte guinada. Ora, esta é a grande questão geopolítica da próxima década. A política imperialista mudou em face da grandeza do problema chinês. Quando Deng assumiu a liderança comunista, em 1978, abrindo a economia ao desenvolvimento capitalista e ao investimento estrangeiro, a política do imperialismo era de “engajamento”. Após a visita de Nixon, em sequência da mudança de política de Deng, a esperança era de que a China pudesse entrar no nexo imperialista. Julgava-se que o capital estrangeiro pudesse assumir o controle das empresas tal como acontece no Brasil, na Índia e em outros

"mercados emergentes". Com a "globalização", assim como com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, o engajamento foi intensificado. Nessa perspectiva, o Banco Mundial passou a pedir a privatização da indústria estatal e a introdução de preços de mercado etc.

Mas o colapso financeiro global e a Grande Recessão mudaram tudo: uma nova perspectiva apareceu. Sob seu modelo controlado pelo Estado, a China sobreviveu e se expandiu enquanto o capitalismo ocidental entrou em colapso. A China estava rapidamente se tornando não apenas uma economia manufatureira de produtos baratos e de exportação de conteúdo de trabalho, mas uma sociedade urbanizada de alta tecnologia com ambições de estender sua influência política e econômica, mesmo além do leste da Ásia. Isso foi demais para as economias imperialistas cada vez mais fracas. Os EUA e outros países do G7 perderam terreno para a China no campo da indústria de transformação; a sua dependência de insumos chineses para fabricação própria aumentou, enquanto a dependência da China de insumos do G7 caiu.



Fonte : Ações de fabricação do banco de dados on-line do Indicador de Desenvolvimento Mundial. Cálculos de confiança por autores, com base nas tabelas ICIO da OCDE (<https://www.oecd.org/sti/ind/inter-country-input-output-tables.htm>).

Foi assim, portanto, que estratégia mudou: se a China não quisesse colaborar com o imperialismo, a política a ser implementada seria de "contenção". Jude Woodward escreveu um excelente livro descrevendo essa estratégia de contenção que começou mesmo antes de Trump lançar sua guerra de tarifas comerciais com a China ao assumir a presidência dos EUA, em 2016. A política de Trump, inicialmente considerada imprudente por outros governos, está sendo agora adotada de maneira geral, após o fracasso dos países imperialistas em proteger as vidas das pessoas durante a pandemia. O embate das acusações sobre a responsabilidade pela crise do coronavírus tinha de ser colocada na porta da frente da China.

O objetivo consiste em enfraquecer a economia chinesa, destruindo também a sua influência, de modo a alcançar, se possível, uma "mudança de regime". Bloquear o comércio com tarifas; bloquear o acesso à tecnologia para a China e suas exportações; aplicar as sanções às empresas chinesas; virar os devedores contra a China; tudo isso pode custar caro para as economias imperialistas. Mas o custo pode valer a pena, se a China puder ser quebrada e a hegemonia dos EUA continuar garantida.

A China não é uma sociedade socialista. O seu governo comunista autocrático de partido único é muitas vezes ineficiente; ele impôs medidas draconianas ao seu povo durante a pandemia. O regime maoísta reprimiu os dissidentes sem piedade; a revolução cultural, por sua vez, foi uma farsa chocante. O atual governo também suprime e abafa as minorias tal como ocorreu no caso bem grotesco dos uigures muçulmanos, na província de Xinjiang: foram simplesmente colocados em "campos de reeducação". Na China, ninguém pode falar contra o regime sem sofrer represálias. Agora mesmo a liderança anunciou a introdução do regime militar em Hong Kong, fechando o parlamento e suprimindo os protestos que continuam a ocorrer. O estamento burocrático continua desejando anexar Taiwan, o refúgio dos antigos nacionalistas e senhores da guerra que lá se estabeleceram ao final da guerra civil, em 1949.

A liderança da China não é responsável perante os trabalhadores chineses; lá não existem órgãos de democracia operária. Os líderes chineses são obcecados em construir um poder militar que rivalize com aqueles de seus adversários. Durante o congresso do povo chinês foi dito que o orçamento militar aumentaria em 6,6%, em 2020, e que a China agora gasta 2% do PIB em armas. Mas isso ainda é muito menos do que ocorre nos EUA. O orçamento militar dos EUA, em 2019, foi de US\$ 732 bilhões, representando 38% dos gastos globais em defesa, em comparação com os US\$ 261 bilhões da China.

Mas, é preciso notar, o "comportamento agressivo" da China, assim como os crimes contra os direitos humanos, são facilmente comparáveis com os crimes do imperialismo no século passado: a ocupação e o massacre de milhões de chineses pelo imperialismo japonês em 1937; as contínuas terríveis guerras pós-1945, conduzidas pelo imperialismo contra o povo vietnamita, a América Latina e as guerras por procuração na África e na Síria, bem como a invasão mais recente do Iraque e Afeganistão e o terrível pesadelo no Iêmen pelo repugnante regime apoiado pelos EUA na Arábia Saudita etc. E não se pode esquecer a terrível pobreza e desigualdade que pesa sobre bilhões submetidos ao modo imperialista de produção.

O congresso revela que a China está numa encruzilhada em seu processo de desenvolvimento. O seu setor capitalista tem problemas cada vez maiores em matéria de rentabilidade e endividamento. Mas a liderança atual prometeu continuar com o modelo econômico dirigido pelo Estado e com o controle político autocrático. Ademais, parece determinado a resistir à nova política de ' contenção' emanadas pelas "democracias liberais". O comércio, a tecnologia e a "guerra fria" entre as potências se acirrarão no restante desta década. Enquanto isso, o planeta também esquenta.